

# Collor jogou com Projeto

**P**ara ganhar tempo, enquanto a antiga equipe econômica debatia-se com novos índices de inflação crescente, e dar uma trégua às tumultuadas relações com o Congresso, o presidente Collor anunciou sua intenção de retomar o crescimento econômico. Para isso, e numa só cartada, estimulou a criação de um fórum nacional de debates que poderia substituir um possível pacto social, já frustrado, para manter o Legislativo ocupado com o Plano de Reconstrução Nacional — o **Projeto**. Saiu vitorioso, pois conseguiu toda a atenção do Parlamento; que discutiu exaustivamente não só a formalização desse fórum como os projetos referentes aos 11 itens do **Projeto** que chegaram à Câmara em regime de urgência. Mas o Governo não manteve tantas prioridades e acabou por contribuir para que o Congresso entrasse em recesso sem, por exemplo, aprovar uma nova política salarial.

Nem o que o Congresso pretendia, nem o que o próprio Governo desejava ficou definido sobre o primeiro item, modernização das relações entre capital e trabalho. O projeto, cujo prazo de urgência venceu na semana passada, foi desmembrado e os dois substitutivos de autoria da Comissão do Trabalho sobre negociação coletiva e organização sindical chegaram à ordem do dia, e, sem acordo, tiveram suas votações adiadas graças a uma manobra do líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG). Em menos de três horas, ele fez com que o presidente da República em exercício, Itamar Franco, mandasse ao Congresso um ofício cancelando a urgência e, com o apoio do PMDB, adiou por cinco sessões a deliberação. Ficou para o segundo semestre.

Sem normas para negociação coletiva, sobrou exatamente o que os partidos de oposição desejavam: projeto de autoria da Comissão do Trabalho que voltava a indexar os salários, estabelecendo o que o Executivo não desejava. De quebra, outra proposição legislando sobre o salário mínimo, que também não saiu da geladeira, na Comissão de Justiça, ainda que tenha

sido aprovada por unanimidade na Comissão que a elaborou. A esquerda ameaçou, reiterou a intenção de obstruir os trabalhos, enquanto não apreciassem a matéria. Afinal, argumentava, não podia admitir a livre negociação dos salários em tempos de recessão econômica. Acabou por se convencer, no entanto, que não teria muita chance. Nesse assunto, o Governo sempre pôde contar com a maioria dos votos dos partidos aliados.

Outro ponto bem recebido pelos congressistas foi a criação do imposto sobre grandes fortunas. O projeto chegou ao plenário da Câmara, mas foi emendado e voltou às comissões.

A isenção do IPI sobre máquinas e equipamentos foi a segunda proposta do **Projeto**, mas a primeira a ser aprovada e sancionada, junto com incentivos ao financiamento das exportações. A renegociação da dívida externa foi aprovada no Senado, com um jogo de cena do PMDB que deixou o Presidente da República, em Washington, por pelo menos 24 horas, de mãos **abanando**. A modernização de portos aduaneiros está garantida num projeto que também chegou ao plenário; foi emendado e

continua tramitando. Ficou para agosto. Os incentivos fiscais para investimento em tecnologia percorrem lentamente as comissões temáticas.

Ainda dependendo de apresentação de propostas, estão a reforma tributária, privatização do ensino superior e investimentos privados para a prestação de serviços públicos. E, de emenda constitucional, o fim da estabilidade no emprego para o servidor público, redefinição dos monopólios estatais, revisão do tratamento privilegiado às empresas brasileiras de capital nacional e reexame da aposentadoria por tempo de serviço. Podem ficar para a revisão constitucional prevista para 1993. Do **Projeto**, com sucesso nos acordos, foram aprovados na Câmara os planos de Benefícios e de Custeio para a Previdência Social, Lei do Inquilinato, Lei de Informática e a Lei Eleitoral, que estabelece normas para a realização das eleições municipais do próximo ano. O projeto do senador Mário Covas (PSDB-SP) já poderia ir à sanção mas, como foi emendado, volta ao Senado. As matérias referentes à Previdência foram aprovadas ontem no Senado.